

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 15/2025**  
**UASG: 987541****INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- **Número do Processo:** /2025
- **Órgão Requisitante:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
- **Responsável pela Elaboração:** Cátia Bonin
- **Data de Elaboração:** 9/7/2025

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)**

A infância, enquanto etapa fundante do desenvolvimento humano, requer atenção prioritária e ininterrupta por parte do Estado e da sociedade. No contexto da Política Pública de Assistência Social, a proteção integral da criança configura-se como obrigação indeclinável do poder público, conforme preconizado na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993). A necessidade da presente contratação emerge de uma leitura aprofundada da realidade social do município de Dois Vizinhos, especialmente no que se refere à condição de vulnerabilidade a que estão expostas centenas de crianças entre quatro e doze anos de idade, que vivem sob risco pessoal e social acentuado. Trata-se de um problema público complexo, de natureza multidimensional, que exige a implementação de estratégias estruturadas de acolhimento, convivência, educação em direitos e fortalecimento de vínculos, sob uma lógica de complementariedade entre Estado e sociedade civil, conforme determina a legislação vigente.

O município de Dois Vizinhos conta com cerca de 50 mil habitantes e uma rede pública de proteção social que, embora articulada e em permanente qualificação, encontra-se diante de uma demanda crescente por atendimento qualificado de crianças oriundas de contextos de grave exclusão, negligência familiar, ausência de vínculos estáveis e violações de direitos. Essa demanda manifesta-se de modo constante nas portas de entrada da rede socioassistencial, especialmente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), os quais identificam cotidianamente situações de risco envolvendo crianças em contextos de violência doméstica, negligência parental, insegurança alimentar, habitação precária, ausência de espaço de lazer e cultura, trabalho infantil e baixa escolarização dos responsáveis. Essa realidade não é uma exceção, mas um padrão recorrente que compromete gravemente o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social das crianças envolvidas.

Em levantamento recente realizado pela rede de proteção do município, constatou-se que um número significativo de crianças encaminhadas aos serviços da política de assistência social necessita de acolhimento em espaços de convivência e fortalecimento de vínculos no contraturno escolar. A ausência de suporte familiar estruturado, aliada à dificuldade de acesso a atividades educativas, lúdicas e de socialização, faz com que essas crianças permaneçam expostas à marginalização, ao abandono e à reprodução dos ciclos de exclusão. A experiência do município demonstra que, na ausência de ações concretas e sistemáticas voltadas à proteção de direitos na infância, amplia-se o risco de institucionalização precoce, evasão escolar, adoecimento psíquico e ingresso precoce em trajetórias de vulnerabilidade prolongada, incluindo o envolvimento com práticas infracionais na adolescência. A descontinuidade de respostas públicas capazes de enfrentar esses contextos não apenas perpetua os danos individuais e coletivos como também representa um retrocesso na consolidação do pacto constitucional de proteção à infância.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

É dentro desse contexto que se afirma, de modo inequívoco, a necessidade de criação e manutenção de um espaço educativo e protetivo voltado ao atendimento de crianças em situação de vulnerabilidade social no município, de modo a assegurar não apenas sua permanência em ambiente seguro e afetivo durante o período em que não estão na escola, mas principalmente a promoção de seu desenvolvimento integral. Este espaço deve ser orientado por práticas que reconheçam a criança como sujeito de direitos, que valorizem sua escuta ativa, que respeitem sua identidade, que fortaleçam sua autoestima e que propiciem experiências significativas de convivência, pertencimento, criatividade e cidadania. A construção dessa ambiência não se limita a uma demanda administrativa ou a um preenchimento de lacuna de oferta de serviços. Trata-se de uma urgência social, de um imperativo ético e jurídico, de um compromisso institucional com a promoção de uma infância protegida, respeitada e valorizada.

A magnitude do problema é ainda mais evidente quando se observa que, somente entre o final de 2024 e os primeiros meses de 2025, aproximadamente 45% das crianças atendidas por uma entidade da sociedade civil parceira da administração municipal – no caso, a Associação Casa da Paz – foram encaminhadas por equipamentos públicos de assistência social. Isso evidencia uma intensa demanda espontânea e dirigida por parte da rede pública, que reconhece nessa entidade um espaço seguro, estruturado e tecnicamente apto a acolher, acompanhar e desenvolver ações educativas com esse público prioritário. Essas crianças, muitas vezes recém-saídas de situações-limite, não podem ser devolvidas à informalidade do cuidado doméstico precarizado, sob pena de se romper todo o esforço protetivo até então realizado pelos serviços públicos. A ausência de continuidade no atendimento ou sua desarticulação comprometeria a lógica da proteção integral e violaria o princípio da prioridade absoluta à criança, estabelecido no artigo 227 da Constituição.

É necessário ressaltar que, no campo da política de assistência social, a atenção à infância não se resume à distribuição de benefícios eventuais ou ao atendimento de emergência. A proteção social básica, tal como preconizada pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e pela Política Nacional de Assistência Social, deve ser capaz de ofertar serviços continuados de convivência e fortalecimento de vínculos, com metodologia própria, corpo técnico qualificado, estrutura física adequada e planejamento intersetorial. Nesse sentido, os serviços ofertados pelas organizações da sociedade civil podem complementar de forma qualificada e estratégica as ações governamentais, especialmente quando essas organizações demonstram histórico de atuação, capilaridade comunitária, escuta qualificada, práticas educativas transformadoras e capacidade de articulação com a rede pública. A ausência dessa complementariedade, sobretudo em contextos de alta complexidade como o que se apresenta neste caso, resulta em falha estrutural da política pública e em responsabilização direta do poder público por omissão.

Diante disso, a necessidade da contratação não é apenas legítima, mas tecnicamente justificada e juridicamente respaldada. A atuação conjunta entre poder público e sociedade civil, por meio de parcerias formalizadas nos moldes da Lei nº 13.019/2014, não representa uma terceirização da responsabilidade estatal, mas sim um reconhecimento da importância da ação social compartilhada, da coesão entre os atores da rede de proteção e da construção coletiva de soluções para os problemas estruturais que atingem a infância vulnerável. Ao identificar a necessidade de estabelecer uma parceria com OSCs para execução de atividades voltadas à garantia de direitos de crianças de 4 a 12 anos incompletos, a administração pública responde de forma adequada e tempestiva a um problema público concreto, com base em dados, escuta qualificada da rede e observância aos princípios legais.

Além disso, cabe observar que a presença de uma entidade que já atua no território, que possui sede própria, equipe multiprofissional, experiência comprovada e



articulação com o CRAS e CREAS, torna a proposta ainda mais coerente do ponto de vista da efetividade da política pública. Não se trata de idealizar uma solução abstrata, mas de reconhecer que a continuidade de ações já implantadas e com resultados positivos é, por si, uma necessidade a ser preservada. A população atendida, formada majoritariamente por crianças em situação de extrema vulnerabilidade, não pode ficar à mercê da descontinuidade institucional, especialmente quando essa descontinuidade compromete o ciclo protetivo iniciado pela rede pública.

Sob esse prisma, a necessidade da contratação está diretamente relacionada à continuidade e ao aprimoramento do atendimento às 130 crianças já referenciadas, ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, à prevenção de novas violações de direitos, à educação em direitos humanos e à consolidação de uma rede de proteção eficaz e responsiva. As oficinas de formação humana, capoeira, artes e informática previstas no projeto não são simples atividades recreativas, mas sim instrumentos metodológicos de promoção da cidadania, fortalecimento da identidade, valorização da diversidade, prevenção de riscos e fortalecimento de trajetórias positivas. Cada uma dessas ações responde a um aspecto da vulnerabilidade vivida pelas crianças, sendo pensadas a partir de escuta qualificada, planejamento técnico e avaliação dos resultados já alcançados em ciclos anteriores do projeto.

Em suma, a necessidade da contratação é real, concreta, prioritária e respaldada por elementos objetivos da realidade municipal. Trata-se de enfrentar um problema social identificado e reconhecido pela própria rede de proteção, que compromete o desenvolvimento integral de crianças em situação de risco, violando direitos e ampliando desigualdades. A ausência de resposta por parte do poder público implicaria omissão grave, passível de responsabilização institucional. Por outro lado, o reconhecimento da importância da parceria com uma organização da sociedade civil devidamente estruturada, capaz de executar com qualidade e ética um projeto de defesa e promoção dos direitos da infância, representa não apenas o cumprimento da lei, mas sobretudo o compromisso com um futuro mais justo, inclusivo e solidário.

## **2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)**

A necessidade de enfrentamento das situações de risco social envolvendo crianças de 4 a 12 anos em situação de vulnerabilidade no município de Dois Vizinhos tem sido reiteradamente identificada pelos equipamentos da proteção social básica e especial, notadamente os CRAS e o CREAS. Esses serviços relatam a existência de um público crescente, composto por crianças vítimas de negligência, violência doméstica, abandono, trabalho infantil, além daquelas expostas a contextos de privação material, ausência de acesso a atividades culturais e educativas, precariedade habitacional e insegurança alimentar. Tais situações configuram violações de direitos que afetam diretamente o desenvolvimento infantil e impõem ao poder público o dever de implementar políticas públicas específicas, consistentes e articuladas, capazes de garantir proteção integral, conforme estabelece o artigo 227 da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política Nacional de Assistência Social.

Diante da dimensão e da gravidade do problema público identificado, faz-se necessário examinar com rigor técnico as alternativas possíveis de resposta institucional e qual o formato de execução mais eficiente, eficaz, econômica e adequada à natureza do objeto. A demanda manifesta-se de forma contínua, não episódica, com perfil de alta complexidade social, exigindo soluções que garantam regularidade no atendimento, presença de equipe qualificada, infraestrutura apropriada e metodologias fundamentadas na escuta ativa, na construção de vínculos e no protagonismo infantil. A estrutura pública atual, embora comprometida com a proteção social, encontra-se limitada em sua capacidade física, funcional e orçamentária para absorver integralmente



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

a execução de um projeto de tal envergadura. Para realizar o atendimento diário de 130 crianças no contraturno escolar, seria necessário ampliar significativamente o quadro de servidores, a malha física de equipamentos, os insumos logísticos e a estrutura pedagógica e administrativa, o que, no cenário atual, revela-se inviável tanto do ponto de vista temporal quanto financeiro.

A Constituição Federal, em seu artigo 204, inciso I, já antecipa a legitimidade de execução descentralizada da política de assistência social mediante parceria com entidades privadas sem fins lucrativos. A LOAS e a PNAS reafirmam essa diretriz, reconhecendo o papel estratégico das organizações da sociedade civil na implementação de ações que exijam mobilização territorial, escuta qualificada e metodologias próprias de intervenção comunitária. O marco regulatório das parcerias, instituído pela Lei nº 13.019/2014, fortalece esse entendimento ao prever instrumentos jurídicos próprios, como o termo de fomento, que permitem ao poder público pactuar ações com OSCs que apresentem planos de trabalho compatíveis com as políticas públicas setoriais. Nesse contexto, a execução de ações voltadas à proteção de crianças vulneráveis, estruturadas a partir de propostas previamente elaboradas e submetidas à análise técnica, alinha-se de forma plena ao regime jurídico vigente.

No município de Dois Vizinhos, a análise de alternativas identificou a inexistência de estrutura pública instalada que permita a execução direta do objeto no prazo e nas condições requeridas. As soluções baseadas em licitação para contratação de serviços ou em terceirização por meio de pregão ou concorrência também se revelam inadequadas, tendo em vista que o objeto não consiste na prestação de um serviço comum ou na entrega de um bem mensurável, mas sim na realização de um conjunto de atividades educativas, formativas, psicossociais e culturais, com forte componente relacional, subjetivo e participativo. A execução de tais ações requer inserção comunitária consolidada, articulação com a rede de proteção, experiência na escuta de crianças e famílias em situação de risco, presença contínua no território e capacidade técnica para desenvolver práticas de intervenção integradas e adaptadas à realidade local. Esses atributos, por sua natureza, não são passíveis de serem exigidos ou contratados via procedimentos licitatórios clássicos, sob pena de desconfiguração do próprio objeto pretendido.

A adoção do termo de fomento, portanto, apresenta-se como a solução juridicamente cabível e tecnicamente mais adequada. Trata-se de um instrumento legalmente previsto para pactuação de atividades de interesse público propostas pelas OSCs, quando a iniciativa parte da entidade executora, respeitando o regime de mútua cooperação e os critérios definidos em chamamento público. Essa forma de contratação permite a formalização de um plano de trabalho detalhado, com metas, indicadores, metodologia, cronograma físico-financeiro e estrutura de acompanhamento e avaliação. A lógica dessa parceria difere da lógica contratual tradicional, justamente por reconhecer o papel complementar e inovador das organizações da sociedade civil na execução de políticas públicas que exigem proximidade territorial e capacidade de articulação social.

O levantamento de mercado realizado no município e na região identificou que, além das limitações da rede pública para executar diretamente o objeto, há uma escassez de organizações sociais com capacidade técnica, institucional e documental para atuar com esse público em regime de cogestão com o poder público. A ausência de entidades habilitadas no território torna ainda mais urgente a estruturação de instrumentos legais que permitam a continuidade das ações que já vinham sendo desenvolvidas com recursos próprios ou em articulação com a rede pública. A interrupção ou fragmentação dessas ações causaria danos irreversíveis à trajetória das crianças atendidas, comprometeria o vínculo das famílias com o serviço e fragilizaria o papel protetivo da rede de assistência social do município.





Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

Do ponto de vista econômico, a pactuação por termo de fomento representa a alternativa mais racional e eficiente, tendo em vista que concentra os recursos em um único plano de trabalho, reduz custos operacionais com estrutura paralela e evita a duplicação de despesas com coordenação, insumos e logística. O custo médio mensal por criança é significativamente inferior aos valores praticados por acolhimentos institucionais ou serviços terceirizados, além de possibilitar o alcance de resultados qualitativos que não podem ser mensurados apenas por indicadores quantitativos. Trata-se de investimento em desenvolvimento humano, cidadania, prevenção de violências e fortalecimento de trajetórias emancipatórias, com impactos de médio e longo prazo tanto para os indivíduos quanto para a coletividade.

Além disso, a formalização da parceria por meio de termo de fomento com plano de trabalho unificado permite maior controle social, acompanhamento técnico mais efetivo, integração entre as ações e avaliações periódicas dos resultados. Essa centralização metodológica favorece a consolidação de práticas exitosas, a sistematização de aprendizados institucionais e a construção de políticas públicas baseadas em evidências. Evita-se, assim, a fragmentação de ações, a sobreposição de esforços e a descontinuidade que marcaria negativamente qualquer tentativa de contratar partes isoladas do projeto por outros meios.

Dessa forma, a escolha da solução via termo de fomento, precedida de chamamento público nos termos da Lei nº 13.019/2014, e voltada à execução integral de um plano de trabalho compatível com as diretrizes do SUAS e com os objetivos da política pública de proteção à infância, mostra-se não apenas legal e legítima, mas sobretudo necessária, eficiente e economicamente justificada. A atuação conjunta entre poder público e sociedade civil organizada, baseada na cooperação institucional e na confiança mútua, é a resposta mais coerente e efetiva à realidade social complexa que se apresenta no município, permitindo o enfrentamento dos problemas de forma estruturada, ética, transparente e comprometida com os direitos fundamentais das crianças e com o interesse público em sua forma mais qualificada.

### 3. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

As quantidades estimadas para contratação, levam em conta o número de crianças atendidas e/ou já encaminhadas por esta Secretaria em anos anteriores.

### 4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021):

Estima-se o valor da contratação em R\$ 360.674,24 (trezentos e sessenta mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

### 5. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)

Risco	Dano Potencial	Ações de Prevenção	Ações de Contingência
Descontinuidade das atividades por atraso no repasse de recursos	Interrupção dos atendimentos às crianças, comprometendo a continuidade da proteção	Planejamento financeiro detalhado com cronograma de repasses e reserva técnica	Reprogramação imediata do cronograma e acionamento do fundo de reserva



Baixa adesão das famílias às atividades propostas	Redução do impacto social do projeto e enfraquecimento dos vínculos familiares	Criação de estratégias de mobilização e escuta ativa das famílias desde o início	Realização de visitas domiciliares e encontros com mediação da equipe técnica
Desligamento de membros da equipe técnica	Prejuízo à continuidade metodológica e à qualidade das intervenções	Manutenção de um banco de profissionais e plano de capacitação continuada	Contratação emergencial conforme banco de dados e reorganização de funções
Falta de articulação com a rede de proteção	Isolamento da ação socioassistencial e perda de efetividade na proteção integral	Agendamento regular de reuniões com CRAS, CREAS e rede intersetorial	Convocação de reunião extraordinária da rede para alinhamento emergencial
Identificação de situação grave de violação de direitos não prevista no fluxo	Risco não mitigado à integridade física ou emocional da criança	Treinamento prévio da equipe sobre encaminhamentos e protocolos	Atendimento emergencial pelo CREAS e Conselho Tutelar com proteção imediata
Desastres naturais ou eventos climáticos que impossibilitem o funcionamento	Suspensão temporária das atividades com prejuízos ao cronograma	Previsão de plano de atendimento remoto e parcerias com escolas e abrigos	Transferência provisória das atividades para espaços alternativos seguros
Baixa frequência das crianças nas atividades ofertadas	Desalinhamento pedagógico, perda de vínculos e baixa efetividade das ações	Planejamento de atividades atrativas e individualizadas com avaliação contínua	Criação de plano de incentivo à participação com apoio das escolas e rede
Problemas com prestação de contas ou documentação técnica	Risco de inadimplência da parceria e suspensão da continuidade	Acompanhamento técnico da parceria com suporte contábil e jurídico constante	Correção documental imediata com reapresentação e suporte técnico do concedente



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

**6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)**

A solução proposta consiste na formalização de parceria por meio de Termo de Fomento, com organização da sociedade civil previamente selecionada mediante chamamento público, para a execução de ações socioassistenciais integradas voltadas ao atendimento de crianças de 4 a 12 anos incompletos em situação de vulnerabilidade social, no contraturno escolar, com oferta contínua e planejada de atividades educativas, culturais, formativas e psicossociais que visam à garantia de direitos, prevenção de situações de risco, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, desenvolvimento da autoestima e do protagonismo infantil, mediante atuação de equipe técnica multiprofissional e metodologia compatível com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, em consonância com os princípios da proteção integral, da intersetorialidade e da territorialização.

**7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

A contratação exigirá que a organização da sociedade civil selecionada comprove regularidade jurídica, fiscal e contábil, possua experiência prévia na execução de projetos socioassistenciais voltados à infância em situação de vulnerabilidade, disponha de sede própria ou espaço físico adequado ao desenvolvimento das atividades previstas e apresente equipe técnica compatível com a complexidade do público atendido, incluindo, no mínimo, assistente social, psicólogo, coordenador pedagógico, educadores sociais, pessoal de apoio e serviços gerais, em número suficiente para atender 130 crianças de 4 a 12 anos incompletos no contraturno escolar. Serão exigidas a elaboração e execução de plano de trabalho previamente aprovado pelo poder público, com descrição detalhada das ações, metas quantitativas e qualitativas, metodologia, cronograma de execução, estrutura de gestão, indicadores de avaliação e previsão orçamentária compatível com o objeto pactuado, além da obrigatoriedade de articulação com a rede socioassistencial, garantia de acessibilidade, respeito à diversidade e observância das normativas do Sistema Único de Assistência Social, sendo vedado o repasse de recursos para fins diversos daqueles estritamente relacionados à execução das atividades finalísticas.

**INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO**

( ) SIM

(x) NÃO

**8. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021)**

Não aplicável a este processo, uma vez que se trata da formalização de Termo de Fomento.

**9. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)**

Não aplicável a este processo, uma vez que se trata da formalização de Termo de Fomento.

**10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)**

Espera-se, com a execução da parceria, o atendimento continuado e qualificado de 130 crianças de 4 a 12 anos incompletos em situação de vulnerabilidade social, por meio da oferta estruturada de atividades no contraturno escolar que promovam o



fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, o estímulo ao protagonismo infantil e a prevenção de situações de risco e violação de direitos. Pretende-se alcançar como resultado a ampliação do acesso à convivência segura e educativa, a melhoria da autoestima e da percepção de pertencimento das crianças, o aumento da articulação intersetorial entre a rede socioassistencial e as famílias atendidas, a promoção de valores como respeito, solidariedade e diversidade e a consolidação de um espaço de referência para a promoção de direitos no território, com impacto direto na redução de fatores de risco social e na qualificação da resposta do poder público à infância em situação de maior vulnerabilidade.

#### **11. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)**

O regime de prestação de serviços será executado sob a forma de mútua cooperação entre a administração pública e a organização da sociedade civil selecionada, conforme previsto no artigo 2º, inciso VIII, da Lei nº 13.019/2014, mediante repasse de recursos públicos para custeio das ações descritas no plano de trabalho, sem geração de vínculo empregatício com o poder público e com execução integral a cargo da entidade parceira. As atividades ocorrerão de forma direta e continuada, no espaço físico da própria organização, sob responsabilidade técnica e administrativa da mesma, com autonomia na condução dos processos internos, respeitadas as metas, prazos, diretrizes metodológicas, plano de aplicação de recursos e mecanismos de monitoramento definidos previamente na parceria, estando a entidade obrigada à prestação de contas regular e à manutenção dos registros físicos e financeiros exigidos pela legislação vigente.

#### **12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)**

Nesta fase de planejamento da contratação, não foram vislumbradas necessidades de providências específicas, ademais, a gestora, fiscais e suplente designadas para o contrato são servidoras experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Cátia Bonin
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rosilei de Godois
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Martha Daniela Carboni

- A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.

#### **13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

Não existem contratações correlatas ou interdependentes ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas, para a viabilidade e contratação desta demanda e não se verificou a necessidade de contratações interdependentes.

#### **14. ALINHAMENTO COM O PCA (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)**





A presente parceria não foi prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) por tratar-se de formalização de Termo de Fomento com organização da sociedade civil, cujo regime jurídico é regido integralmente pela Lei nº 13.019/2014, que estabelece instrumentos próprios para a execução das políticas públicas em regime de mútua cooperação e não se enquadra no conceito de contratação pública direta previsto no artigo 6º, inciso LV, da Lei nº 14.133/2021. Assim, sua previsão no PCA, instrumento vinculado às contratações regidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, não é exigível do ponto de vista jurídico. Contudo, considerando a diretriz institucional de padronização dos documentos de planejamento, bem como o princípio da motivação e da publicidade dos atos administrativos, optou-se por elaborar, nos moldes da Lei nº 14.133/2021, os instrumentos típicos da fase preparatória, como o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência adaptado, como forma de conferir maior robustez processual, garantir rastreabilidade da decisão administrativa e assegurar a compatibilidade com as práticas de governança e integridade exigidas pela legislação vigente..

#### **15. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS**

- ☒ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☐ Por Itens

#### **16. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?**

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

Os serviços objeto deste estudo configuram-se como serviços comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por tratarem-se de atividades padronizadas, rotineiras e de execução simples, cuja especificação técnica é objetiva, clara e suficientemente definida no termo de referência, não exigindo especialização técnica complexa nem desenvolvimento intelectual específico para sua execução.

- ☒ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- ☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- ☐ Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

O objeto a ser executado por meio da presente parceria configura-se como serviço contínuo, uma vez que compreende a oferta ininterrupta e sistemática de atividades socioassistenciais voltadas à proteção social de crianças em situação de vulnerabilidade, executadas de forma regular ao longo de todo o período pactuado, sem previsão de interrupções ou sazonalidades, sendo essencial à manutenção de vínculos, à prevenção de riscos e à continuidade das ações protetivas desenvolvidas no contraturno escolar, cuja descontinuidade comprometeria diretamente os objetivos da política pública de assistência social e os direitos fundamentais do público atendido.

#### **18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

A exigência de garantia contratual não se aplica à presente formalização de parceria, uma vez que se trata de Termo de Fomento firmado com organização da sociedade civil, regido pela Lei nº 13.019/2014, cujo regime jurídico é específico e distinto do previsto na Lei nº 14.133/2021 para contratações públicas típicas. Nos termos



Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

do artigo 42 da Lei nº 13.019/2014, os instrumentos de parceria não se submetem à exigência de garantias contratuais, uma vez que sua lógica não se baseia na contraprestação por serviços ou na execução de obras, mas sim na mútua cooperação para a realização de finalidades de interesse público previamente acordadas por meio de plano de trabalho. O modelo de parceria adotado está assentado em princípios próprios, como a confiança mútua, a corresponsabilidade e o controle social, não sendo compatível com a lógica de risco contratual que fundamenta a exigência de garantias nas contratações públicas típicas. Além disso, a exigência de garantia em parcerias com OSCs poderia inviabilizar a participação de entidades idôneas e experientes, mas com menor capacidade financeira, ferindo o princípio da ampla participação previsto no artigo 3º, inciso I, da Lei nº 13.019/2014. Assim, a não exigência de garantia encontra respaldo legal, técnico e operacional, sendo medida adequada, proporcional e compatível com a natureza e os objetivos do instrumento jurídico adotado.

### **19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)**

Diante da análise detalhada da demanda pública identificada, da ausência de capacidade plena da administração para execução direta das ações, da pertinência legal do instrumento a ser adotado, da compatibilidade da proposta com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e do regime jurídico previsto na Lei nº 13.019/2014, conclui-se pela plena viabilidade da formalização da parceria por meio de Termo de Fomento com organização da sociedade civil previamente selecionada. A solução proposta demonstra-se técnica, jurídica e economicamente adequada ao enfrentamento do problema público identificado, promovendo a continuidade e a qualificação do atendimento socioassistencial a crianças em situação de vulnerabilidade no município, garantindo a observância dos princípios da eficiência, da legalidade, da proteção integral e da prioridade absoluta dos direitos da infância, além de estar em conformidade com os instrumentos de planejamento e controle exigidos pela legislação vigente. Assim, recomenda-se o prosseguimento do processo com a adoção das providências necessárias à celebração da parceria.

### **20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021)**

Procedimentos auxiliares

(x) Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento) Lei Federal nº 13.019/2014

Critério de julgamento: Não se aplica.

Modo de disputa: Não se aplica.

Caráter do orçamento estimado NÃO é sigiloso.

### **21. FONTE DE RECURSOS**

(x) Recursos Próprios

( ) Recursos Estaduais

( ) Recursos Federais

Dois Vizinhos, 9 de julho de 2025.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

---

Cátia Bonin  
Secretária de Assistência Social e Cidadania  
Responsável pela Elaboração do ETP  
Matrícula Funcional 19025-1

Assinado por 5 pessoas: MATEUS JOÃO CORDEIRO SCHMOELLER DE LIMA, BIANCA CRISTINA SCHREIBER, ROSILEI DE GODOIS, CÁTIA BONIN e MARTHA DANIELA CARBONI  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/1C51-B0DD-DF20-9C58> e informe o código 1C51-B0DD-DF20-9C58





ANEXO I – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

	Peso	Plenamente Satisfatório	Satisfatório	Insatisfatório
Pontuação		2	1	0
1. Viabilidade de objetivos e metas	2	2	1	0
2. Consonância com objetivos propostos	2	2	1	0
3. Metodologia e estratégia da ação	2	2	1	0
4. Viabilidade de Execução	2	2	1	0
5. Coerência do Plano de Aplicação	2	2	1	0
6. Experiência da entidade no Serviço e no Município	2	2	1	0
7. Sustentabilidade da entidade	2	2	1	0
8. Localização e infraestrutura física	2	2	1	0
9. Adequação aos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho	2	2	1	0
10. Oferta de oportunidades de participação das famílias	2	2	1	0
Total				

**Viabilidade dos Objetivos e Metas:** Se os objetivos específicos são viáveis e exequíveis. Se as metas estão de acordo com o solicitado pelo Chamamento. **Peso: 2.**

**Consonância com objetivos propostos:** Se os objetivos estão de acordo com o previsto pela legislação. **Peso: 2.**

**Metodologia e Estratégia de Ação:** Se o projeto demonstra clareza na forma como vai se desenvolver; deve descrever o caminho escolhido, os métodos, técnicas e estratégias pensadas para cada objetivo proposto. **Peso: 2.**



**Viabilidade de Execução:** Se o projeto demonstra proximidade com a realidade do território; se há coerência metodológica que viabilize a execução do projeto. **Peso: 2.**

**Coerência no Plano de Aplicação de Recursos:** Se há compatibilidade na aplicação dos recursos com a proposta de trabalho. **Peso: 2.**

**Experiência da Entidade no Serviço e no Município:** Se a proposta traz conhecimento sobre a realidade da comunidade ou do público-alvo; e se demonstra experiência com o serviço proposto. **Peso: 2.**

**Sustentabilidade da Entidade:** Se a Entidade possui outras fontes de recurso e/ou apoio institucional. **Peso: 2.**

**Localização e Infraestrutura física:** Descrever se o local e a infraestrutura prevista atende às necessidades do projeto. **Peso: 2.**

**Adequação aos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho:** Objetividade na apresentação do Plano de Trabalho, conforme previsto no Manual de Orientação para Formalização de Repasses Públicos ao Terceiro Setor. **Peso: 2.**

**Oferta de oportunidades de participação das famílias:** Participação das famílias no projeto com oferta de atividades que favoreçam a informação, a orientação e o apoio às famílias. **Peso: 2.**

**O PROPONENTE** que não atingir a pontuação mínima de 12 (doze) pontos dos 20 (vinte) possíveis será desclassificado.

O PROPONENTE classificado em primeiro lugar, na forma prevista neste Edital será convocado pelo Município de Dois Vizinhos para celebração do TERMO DE FOMENTO até o montante previsto neste Edital, conforme a quantia prevista na sua Proposta, observada a ordem e critérios de classificação.

O PROPONENTE convocado pelo Município de Dois Vizinhos deverá apresentar os documentos indicados nos artigos 33 e 34 da Lei n. 13.019/2014, de maneira a comprovar sua regularidade jurídica e fiscal.

Na eventualidade do proponente convocado não conseguir apresentar sua regularidade nos termos do subitem anterior o Município de Dois Vizinhos convocará o classificado imediatamente posterior e assim sucessivamente até encontrar o PROPONENTE regular, nos termos da Lei n. 13.019/2014.

Não havendo proponentes classificados capazes de firmar a parceria pretendida, o Município de Dois Vizinhos encerrará o presente CHAMAMENTO PÚBLICO.

O prazo de validade das Propostas de Trabalho será de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do Resultado Final no Diário Oficial do Município de Dois Vizinhos.

Se por motivo de força maior, a celebração da parceria não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, em 60 (sessenta) dias, e persistindo o interesse





Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

do Município de Dois Vizinhos, poderá ser solicitada ao PROPONENTE a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

Caso todas as Propostas de Trabalho sejam desclassificadas, a Comissão de Seleção

poderá fixar o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de nova proposta visando sanar os vícios detectados.

Na hipótese de não celebração da parceria no prazo constante do item 7.8 acima, os

PROPONENTES ficarão liberados de quaisquer compromissos assumidos.

Caso todas as proponentes sejam desclassificadas, a Comissão de Seleção poderá fixar

O  
prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de nova proposta de trabalho visando sanar os vícios detectados.





Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

ANEXO II – MODELO DE OFÍCIO

Ofício nº XXX/2025

Dois Vizinhos, ..... de agosto de 2025.

Prezado Senhor Prefeito

Em atenção ao Chamamento Público nº XXX/2025 vimos a presença de Vossa Excelência para solicitar a celebração da parceria para execução do Plano de Trabalho, ou seja, liberação de recursos no valor de R\$ ..... para desenvolver o projeto intitulado ..... em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público.

(A justificativa para o Termo de Fomento deve ser descrita por meio do relato da importância do repasse no contexto do município, indicando sua participação na melhoria, bem-estar e qualidade de vida da população).

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,  
(Dirigente/Presidente da entidade)  
Nome Completo  
CPF

A Vossa Excelência  
LUIS CARLOS TURATTO  
Prefeito Municipal  
Dois Vizinhos – PR



Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

**ANEXO III – MODELO RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA CONTENDO OS  
NOMES DOS DIRIGENTES E CONSELHEIROS DA ENTIDADE E PERÍODO DE  
ATUAÇÃO**

**C E R T I D ã O**

A \_\_\_\_\_ (razão social da entidade), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, representada pelo senhor presidente/diretor/provedor (a) \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, Certifico que os dirigentes e conselheiros desta referida entidade, cujo período de atuação é de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, são:

Nome	Cargo	RG	CPF
	Presidente		
	Vice Presidente		
	Outros...		

Segue anexo a essa Certidão cópias dos documentos sendo estes RG e CPF (autenticados) do **presidente** da entidade.

Dois Vizinhos, ..... de ..... de 2025.

Assinatura Responsável  
Identificação e nº do CPF



Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná

Ref.: Chamamento nº XXX/2025

**RAZÃO SOCIAL e CNPJ:****ENDEREÇO:**

1- Declaramos, sob as penas da Lei, que é inexistente os impedimentos para celebrar parceria previstos no artigo 39 da Lei Federal 13.019/14, bem como de que não empregará, para a execução da parceria, qualquer pessoa que tenha sido condenada pelos crimes previstos no § 5º do artigo 47 da mesma Lei Federal.

2- Declaramos, , que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalvamos ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

3- Declaração, sob as penas da lei, que não emprega ninguém em regime de trabalho escravo.

4- Declaramos, sob as penas da lei, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5- Declaramos ter conhecimento e estar ciente das responsabilidades previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, declaro ainda para os devidos fins e sob penas da lei, que a entidade dispõe de estrutura física e de pessoal, com capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução ou manutenção das ações previstas no Projeto e no Plano de Trabalho proposto, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, acompanhamento e prestação de contas, bem como em atender o art. 43 da Lei Federal nº 13.019/2014.

6- Declaramos para os devidos fins e sob penas da lei, que se formos selecionados para assinatura do Termo de Fomento, providenciaremos a abertura de Conta Específica e encaminharemos as informações relativas a conta no momento da assinatura do Termo de Fomento.

7- Declaramos para devidos fins e sob penas da lei que a Entidade não tem como dirigentes ou controladores:

**a)** membros do Poder Executivo da concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;

**b)** servidor público vinculado ao Poder Executivo da concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público.





Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

8- Declaramos que a entidade se compromete a atender a Lei Federal nº 13019/2014 e dar publicidade ao objeto pactuado.

9- Declaramos para os devidos fins e sob penas da lei, que a formalização do Termo de Parceria com o Município de Dois Vizinhos não contraria o Estatuto da entidade e que a mesma está em dia com as prestações de contas referente a recursos recebidos do Município de Dois Vizinhos, complementa-se a esta declaração que a entidade está adimplente com o Poder Público Municipal.

10- Declaramos que a entidade não contratará parentes ou empresas, inclusive por afinidade, de dirigentes vinculados a este objeto, bem como membros do Poder Público concedente.

11- Declaramos para os devidos fins que a entidade teve seu início das atividades em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e que seu Estatuto atende os art. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/14.

12- Declaramos para os devidos fins que a entidade se compromete em aplicar os recursos repassados de acordo com o art. 51 da Lei 13019/2014 bem como prestar contas na forma dos art.(s) 63 a 68 da mesma Lei.

13- Declaramos que a entidade efetivará suas compras e contratações da seguinte forma: (descrever como será efetivado ambas as coisas).

..... de 2025.

Local e Data

Assinatura do Responsável

**Identificação e nº CPF**





## ANEXO V – MODELO DE PLANO DE TRABALHO

## PLANO DE TRABALHO

**1. DADOS CADASTRAIS****1.1 – Dados Cadastrais da Instituição Proponente**

Nome da Instituição Proponente		CNPJ
Endereço		CEP
Telefone ( )	E-mail institucional	
Banco*	Nº Agência	Nº Conta Corrente
Nome do Responsável Legal da Instituição Proponente		
Função	RG	CPF
Telefone ( )	Celular ( )	E-mail
Endereço Residencial		CEP
Telefone ( )	Informação Adicional	
Nome do Responsável Técnico pela execução do Serviço		
Função	RG	CPF
Endereço Residencial		CEP
Telefone ( )	E-mail institucional	
Formação		Nº registro no Conselho Profissional

**2. DESCRIÇÃO DO PROJETO**

<b>Título do Projeto:</b>	<b>Duração:</b> ( ) Meses
<b>Objeto da Transferência:</b>	<b>Período da Execução:</b> Início: (Previsão em dia/mês/ano): Término: (Previsão em dia/mês/ano):
<b>Valor Previsto:</b>	
<b>Identificação do Objeto:</b> ( ) Aquisição de Equipamentos e Material Permanente ( ) Atividades, Serviços ou Manutenção ( ) Obras (Construções, Ampliações e Reformas) ( ) Aquisição de Imóveis	
<b>Justificativa para Formalização:</b>	



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

<b>Público Alvo:</b>		
<b>Local / endereço onde serão executados o Serviço e a infraestrutura disponível para execução do Projeto:</b>		
<b>Estrutura física:</b> ( ) própria ( ) cedida ( ) alugada ( ) outros		
<b>Cômodo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Tipo de atividades desenvolvidas no espaço</b>
<b>Equipamentos disponíveis:</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>Tipo de Equipamento</b>	
<b>Descrever o diagnóstico da realidade que serão objeto das atividades. (Identificação e qualificação da demanda):</b>		

### 3. METAS

<b>Metas a serem atingidas de atividades ou projetos a serem executados (definição e detalhamento):</b>	
I.	
II.	
<b>Unidade de medida da meta:</b>	
( ) Metro linear      ( ) Metro quadrado      ( ) Percentual      ( ) Pessoa(s)	
( ) Procedimento(s)      ( ) Atendimento(s)      ( ) Unidade(s)	
<b>Quantidade:</b>	

Metas	Etapa/ Fase	Descrição da Etapa/Fase	Indicador Físico		Duração	
			UN	Qtde	Data de Início	Data de Término
I.	1.	Acolhimento da demanda e Famílias dos Interessados			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx
II.	1.	Execução das atividades no SCFV dos inscritos			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx
	2.	Apresentações			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx
III.	1.	Reuniões de Pais, encontros mensais.			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

	2.	Visitas às Famílias			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx
IV.	1.	Produzir e servir diariamente alimentação			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx
	2.	Satisfazer as necessidades físicas			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx
	3.	Aumentar a qualidade de vida			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx

## 4. INDICADORES DE AVALIAÇÃO

**Metas Quantitativas:**

**Metas Qualitativas:**

## 5. METODOLOGIA DE TRABALHO

Descrever detalhadamente como as atividades serão desenvolvidas com o público alvo e os resultados esperados:

## 6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

Apontar formas de monitoramento de todos os atores envolvidos e avaliação do projeto. Avaliando de forma clara se todos os objetivos propostos serão cumpridos:

## 7. RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS:

NOME	Carga horária	Escolaridade	Função desenvolvida	Valor

## 8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## 9. PLANO DE APLICAÇÃO



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Código	Natureza da Despesa	Valor Total
<b>TOTAL GERAL</b>		

## 9.1 DETALHAMENTO DAS DESPESAS

Nome	Salário	FGTS	INSS	13º salário	Férias	Total gasto com cada colaborador
<b>TOTAL DE DESPESA GASTO COM PESSOAL</b>						

33.90.30.14.00- Material Educativo e Esportivo – R\$			
Descrição Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
<b>Subtotal</b>			
33.90.30.16.00 - Material de Expediente – R\$			
Descrição Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
<b>Subtotal</b>			
33.90.39.81.00 - Serviços Bancários – R\$			
Descrição Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
<b>Subtotal</b>			
<b>TOTAL GERAL</b>			

## 10. FONTES DE RECURSOS DA OSC:

Fontes de Recursos da OSC	Valor total anual dos Recursos R\$
Governo Federal	
Governo Estadual	
Governo Municipal	
Doações ou Contribuições Individuais	
Entidades Religiosas	
Empresas Privadas, Institutos e Fundações Empresariais	
Vendas de Produtos e Serviços	



Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

Outros, quais?	
<b>TOTAL</b>	

**11. PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- A prestação de contas deve ser encaminhada por bimestre, até 15 (quinze) dias após o último dia do bimestre, sendo formada por todas as notas fiscais e pagamentos realizados pela entidade, orçamentos, extratos bancários (conta corrente e aplicação), listagem de presença dos usuários, relatórios técnicos da execução das atividades, relatório contendo os indicadores quantitativos e qualitativos.
- A comissão de monitoramento realizará análise dos documentos e ainda dos relatórios de supervisões diretas e indiretas da execução do Plano de trabalho e deliberará sobre a aprovação das prestações de contas no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da prestação de contas.
- Tais decisões serão encaminhadas ao Prefeito Municipal para ciência e deliberação no prazo de 10 (dez) dias.
- Da decisão de irregularidade da prestação de contas cabe recurso ao Prefeito Municipal no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação por escrito da entidade.

**12. DECLARAÇÃO**

Na qualidade de representante legal da proponente, declaro, para fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, que as informações que constam neste Plano de Trabalho e Aplicação, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste plano de atendimento.

Se houver algo em contrário ou inverídico, me responsabilizo na forma legal.

Com isso, pede-se o DEFERIMENTO do Plano de Trabalho.

Dois Vizinhos- PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante OSC

**13 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE**

Dois Vizinhos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
**Luis Carlos Turatto**  
**Prefeito**





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1C51-B0DD-DF20-9C58

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MATEUS JOÃO CORDEIRO SCHMOELLER DE LIMA (CPF 102.XXX.XXX-51) em 30/07/2025 15:54:33 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 30/07/2025 15:55:22 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ROSILEI DE GODOIS (CPF 003.XXX.XXX-50) em 30/07/2025 15:55:55 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CÁTIA BONIN (CPF 007.XXX.XXX-46) em 30/07/2025 15:56:26 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARTHA DANIELA CARBONI (CPF 077.XXX.XXX-95) em 31/07/2025 11:57:49 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/1C51-B0DD-DF20-9C58>